

## Selecionismo, Metáforas e Práticas Culturais: Haveria um Terceiro Tipo de Seleção no Nível Cultural?<sup>1</sup>

*Diego Zilio*

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

### RESUMO

Este ensaio é uma reflexão acerca da ideia segundo a qual haveria um tipo de seleção dedicado às práticas culturais. Argumentarei que tal proposição foi subsidiada pela extensão metafórica do processo de seleção natural à dimensão cultural. Elencarei inconsistências na obra skinneriana resultantes dessa estratégia e também possíveis problemas associados ao desenvolvimento de modelos explicativos a partir de metáforas e analogias. Diante desse contexto, avaliarei a possibilidade de análise do processo de seleção de práticas culturais sem pressupor a existência de um terceiro tipo de seleção, e sem lançar mão de metáforas e analogias, a partir de proposta na qual a contingência permanece como unidade de análise central. Consequências possíveis da adoção dessa alternativa serão exploradas.

*Palavras-chave:* Seleção pelas consequências; cultura; contingência; B. F. Skinner; metáforas.

### ABSTRACT

#### **Selectionism, metaphors and cultural practices: Would there be a third kind of selection at the cultural level?**

This paper is a reflection on the idea according to which there is a kind of selection dedicated to cultural practices. I will argue that this proposal was based upon a metaphorical extension of natural selection to the cultural dimension. Next, I will present the inconsistencies in Skinner's works resulting from this strategy as well as the problems of explanatory models based on analogies and metaphors. Finally, I will consider an alternative approach to the selection of cultural practices in which the contingency remains the central unit of analysis, and that does not rely on metaphors and analogies or on a third kind of selection. Consequences of adopting such approach will be explored.

*Keywords:* selection by consequences; culture; contingency; B. F. Skinner; metaphors.

Um dos momentos mais importantes da trajetória de Skinner como um dos grandes sistematizadores da psicologia consistiu na publicação de seu texto *Selection by Consequences* em 1981 (Pennypacker, 1992). Foi nesse artigo que Skinner expôs de maneira sistemática o modelo de seleção pelas consequências, antes presente de modo esparso em outros textos do autor. Tal modelo explicativo apresenta o comportamento como produto de três processos de seleção distintos: (a) as contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies; (b) as contingências ontogenéticas responsáveis pela seleção do comportamento durante a história de vida dos organismos; e (c) as contingências sociais responsáveis pela seleção de práticas culturais (Skinner, 1981).

Essa posição unificadora, usualmente definida como “selecionismo”, tornou-se elemento paradigmático da filosofia behaviorista radical e, por extensão, da análise do comportamento de um modo geral. Em definição

aproximada, paradigma consiste no conjunto de valores compartilhados por uma dada comunidade científica (Kuhn, 1962/2006). Esses valores abarcam metodologias e técnicas de pesquisa, conceitos e hipóteses, assim como orientações éticas, epistemológicas e ontológicas. Fazer parte de uma comunidade científica específica é estar sob controle de um conjunto específico de valores. No bojo do selecionismo encontramos os ingredientes para outros valores comumente associados à análise do comportamento, tais como a negação de perspectiva mecanicista do tipo psicologia estímulo-resposta, da causalidade não histórica, linear e por contato, assim como da teleologia (explicações baseadas em causas finais) e do mentalismo (explicações centradas no organismo, isto é, que atribuem as causas do comportamento a eventos internos reais ou hipotéticos). Esses desdobramentos do selecionismo (ainda que se possa questionar se são consequências necessárias de

tal posição ou se dela dependem para serem sustentados) são elementos definidores da filosofia behaviorista radical. O selecionismo, assim, parece ser um dos valores fundamentais da análise do comportamento (e.g., Baum, 1994/1999; Chiesa, 1994; Moore, 2008), a ponto de sua aceitação ser condição para se fazer parte dessa comunidade científica.<sup>2</sup> Porém, estaria o selecionismo assentado em bases empíricas e conceituais robustas?

Diante dessa questão, o objetivo deste ensaio é refletir sobre o suposto terceiro processo seletivo amparado pela analogia selecionista: haveria, de fato, processo dedicado à seleção de práticas culturais? O foco no terceiro tipo de seleção é justificado, primeiramente, por conta do limite de espaço, que torna inviável o tratamento adequado às ramificações do selecionismo em suas três dimensões. Ademais, encontramos em Marr (2009) e Tonneau e Sokolowski (2000) críticas relevantes sobre a analogia entre seleção natural e seleção operante, mas não entre seleção natural e seleção cultural. Por fim, a analogia selecionista e a defesa da tese do terceiro tipo de seleção (conforme veremos ao longo deste ensaio) parece ser elemento central das abordagens comportamentais dedicadas ao estudo das práticas culturais, especialmente a proposta de Glenn centrada no conceito de metacontingências. Serão destacadas, num primeiro momento, as inconsistências no discurso skinneriano sobre o selecionismo, especialmente em seu *Selection by Consequences*, e a resultante fragilidade da tese do terceiro tipo de seleção. Em seguida, argumentaremos que essa fragilidade pode ser vista como um sintoma possível do uso de metáforas e analogias em modelos explicativos, estratégia amplamente utilizada por Skinner em suas descrições do terceiro tipo de seleção, assim como na literatura sobre metacontingências, que abrange parcela considerável dos estudos sobre práticas culturais. Visando contornar os problemas associados à tese do terceiro tipo de seleção, iremos sugerir a retomada do projeto skinneriano (1953/1965) de análise da cultura a partir de um número mínimo de conceitos, sem pressupor a existência de novos processos, e no qual a contingência permanece como unidade analítica central.

### INCONSISTÊNCIAS NA TESE DO TERCEIRO TIPO DE SELEÇÃO

A tese dos três tipos de seleção adquiriu contornos claros quando Skinner passou a estabelecer paralelos

entre a dinâmica de funcionamento da cultura, do sujeito e da espécie. Ainda na década de 1950, em seção do *Science and Human Behavior* dedicada à “sobrevivência da cultura”, o autor empregou a analogia ao sugerir que “em certos aspectos o reforço operante assemelha-se à seleção natural da teoria evolutiva” e que “há ainda um terceiro tipo de seleção aplicável às práticas culturais” (1953/1965, p. 430). A lógica dos três tipos de seleção foi desenvolvida e refinada ao longo de diversas obras de Skinner via analogias e extensões metafóricas entre seleção filogenética, operante e cultural (e.g., 1961, 1969a, 1971, 1981, 1986, 1984/1988, 1987). A título de exemplo, segue passagem de Skinner (1971):

O fato de que a cultura pode sobreviver ou perecer sugere um tipo de evolução, e um paralelo com a evolução das espécies tem, de fato, sido frequentemente apontado. ... Uma cultura corresponde a uma espécie. Nós a descrevemos fazendo uma relação de muitas de suas práticas, assim como descrevemos uma espécie listando muitas de suas características anatômicas. Duas ou mais culturas podem compartilhar uma prática, assim como duas ou mais espécies podem compartilhar uma característica anatômica. ... Uma cultura, a exemplo das espécies, é selecionada por sua adaptação em relação a um ambiente: na medida em que ela ajuda os seus membros a conseguir o que eles precisam e evitar o que é perigoso, ela os ajuda a sobreviver e transmitir a cultura. (pp. 129-130)

Nessa passagem, Skinner coloca a “cultura” como equivalente de “espécie”. A caracterização de uma cultura estaria nas “práticas” a ela associadas, assim como a caracterização da espécie se daria através das “características anatomofisiológicas” de seus membros. Seria o indivíduo, membro de uma espécie e de uma cultura, o responsável pela transmissão das práticas culturais e das características anatomofisiológicas aos outros membros de sua espécie e de sua cultura.

A extensão metafórica do selecionismo à dimensão cultural pavimentou o caminho para a defesa da tese dos três tipos de seleção em 1981. Em *Selection by Consequences*, Skinner (1981) argumenta que “é o efeito sobre o grupo, e não as consequências de reforço para membros individuais, o responsável pela evolução da cultura” (p. 502); ideia semelhante foi disseminada em texto posterior: “a cultura evolui quando novas práticas, introduzidas talvez por motivos irrelevantes, são selecionadas por contribuírem para a sobrevivência do grupo praticante” (1987, p. 3). Essas passagens indicam efeitos sobre o “grupo”, ao invés de sobre o “sujeito”. Práticas culturais seriam selecionadas por aumentarem as chances de sobrevivência do grupo.

Sendo assim, a sobrevivência da cultura seria um efeito direto da sobrevivência do próprio grupo responsável pela sua manutenção. Ainda no texto seminal de 1981, Skinner intitula uma das seções como “Um terceiro tipo de seleção” (p. 502), fato que contribui para a interpretação segundo a qual o autor defenderia a existência do referido terceiro “tipo” de seleção. No entanto, ao descrever os “três tipos”, ele caracteriza o processo de seleção cultural como um “caso especial” de seleção do 2º nível, o ontogenético, associando-o especificamente à seleção operante:

...o comportamento humano é produto conjunto de (i) contingências de sobrevivências responsáveis pela seleção natural das espécies, e (ii) as contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo (iii) as *contingências especiais* mantidas por um ambiente social evoluído. (Em última instância, obviamente, tudo isso é uma questão de seleção natural, uma vez que o condicionamento operante é um processo evoluído, do qual *as práticas culturais são aplicações especiais*). (1981, p. 502, itálicos adicionados)

Esta talvez seja a passagem de Skinner (1981) mais reproduzida pela comunidade analítico-comportamental para descrever os três tipos de seleção. Ainda assim, encontramos nela um detalhe usualmente negligenciado: há uma grande diferença entre, por um lado, defender a existência de um terceiro “tipo” de processo seletivo e, por outro, descrever a manutenção e seleção das práticas culturais como casos de “contingências especiais” mantidas por um ambiente social e como “aplicações especiais” das contingências operantes. A diferença reside no fato de que a existência do terceiro “tipo” de processo seletivo não é consequência necessária da existência de contingências especiais mantidas por um ambiente social. No segundo caso, estamos falando de contingências de seleção que operam sobre o comportamento dos sujeitos membros de uma cultura, mas ainda assim são contingências de seleção e nada mais. Não haveria processo novo ou, ao menos, a necessidade de nova unidade conceitual.

Nota-se, assim, uma inconsistência na obra skinneriana no que diz respeito às características do processo de seleção e manutenção de práticas culturais. No caso específico do *Selection by Consequences*, encontramos uma tensão entre, de um lado, a existência de uma seção dedicada ao “terceiro tipo de seleção” e a afirmativa de que seria o “efeito sobre o grupo” o fator responsável pela evolução da cultura e, de outro lado, a conclusão de Skinner segundo a qual o comportamento seria produto de dois (e não três) tipos de seleção: as contingências de sobrevivência (filogenéticas) e as

contingências de seleção ontogenéticas, estando entre as últimas as “contingências especiais” mantidas por um ambiente social. Essa inconsistência gera dúvidas quanto à própria proposta de Skinner (1981) sobre os três tipos de seleção; dúvidas que se acentuam mediante o exame de alguns comentários críticos ao texto de Skinner (1981) quando este fez parte de edição especial da *Behavioral and Brain Sciences*.

Barlow (1984/1988), um dos comentadores do texto de Skinner (1981), indagou: “Pergunte a você mesmo a seguinte questão: [O Seleção pelas] ‘Consequências’ teria sido publicado na *Science* em 1981 se o autor fosse anônimo? A resposta seria um ressoante não” (p. 20). Devemos concordar com o autor. O texto em questão não é o tipo de material usualmente encontrado na *Science*, periódico dedicado majoritariamente à publicação de pesquisas experimentais. É provável que a autoridade que o escreveu tenha sido fator essencial para o seu aceite. Mas o comentário de Barlow também lança luz sobre outra característica da obra: não há dados que justifiquem a tese dos três tipos de seleção, ao menos não do modo como Skinner os descreveu no referido texto. Skinner só possuía dados empíricos sobre seleção ontogenética (operante), o seu campo de estudo por excelência. Seus comentários sobre seleção filogenética eram simplistas e não levavam em consideração boa parte da literatura biológica sobre o tema já disponível na época de publicação de seu texto (Barlow, 1984/1988; Stearns, 1984/1988; Timberlake, 1984/1988). Por fim, suas considerações sobre o terceiro tipo de seleção eram especulativas, baseadas em analogias e extensões metafóricas entre seleção natural e seleção cultural.

Além de Barlow (1984/1988), a proposta de Skinner encontrou outros críticos, estando entre eles Dawkins (1984/1988): “Eu tenho problemas quanto ao terceiro nível de Skinner, o nível cultural. ... porque ele não é suficientemente claro sobre exatamente quais entidades estão sendo selecionadas, e as consequências pelas quais elas estão sendo selecionadas” (p. 34); Donahoe (1984/1988): “O apelo a um novo ‘tipo’ de seleção envolvendo um ‘efeito sobre o grupo, e não as consequências para os membros individuais’ parece desnecessário” (p. 37); e Harris (1984/1988):

“[Seleção pelas] Consequências” é problemático pela maneira confusa com que Skinner apresenta as contingências responsáveis pela seleção cultural. ... O autor diz que “é o efeito sobre o grupo, não as consequências para os membros individuais, que são responsáveis pela evolução da cultura”. Isso é tanto um lapso epistemológico (entidade [grupo] não definida

operacionalmente) e contrafactual. Efeitos sobre o grupo são efeitos agregados sobre os indivíduos no grupo. (pp. 46-47)

A crítica de Harris ao terceiro tipo de seleção tal como delineado por Skinner (1981) talvez seja a mais significativa, haja vista que a sua própria proposta antropológica, denominada “materialismo cultural”, é consistentemente utilizada como ponto de contato entre análise comportamental da cultura via metacontingências (modelo baseado justamente na ideia skinneriana de “efeito sobre o grupo” por ele criticada) e antropologia (Glenn, 1988).

Observa-se nos comentários críticos uma constante: todos tocam na fragilidade da proposta skinneriana do terceiro tipo de seleção decorrente da carência de amparo empírico (Barlow, 1984/1988), ausência de clareza (Dawkins, 1984/1988) ou confusão (Harris, 1984/1988) conceitual e, por fim, de sua provável dispensabilidade para a compreensão do processo de seleção de práticas culturais (Donahoe, 1984/1988). Conforme será exposto a seguir, esses problemas são sintomas possíveis do uso de metáforas e analogias em modelos explicativos. As réplicas de Skinner (1984/1988) aos comentários críticos reforçam essa ligação, pois, além de não contribuírem para o esclarecimento de sua proposta, aparentemente inconsistente, elas consistiram em reafirmações da analogia selecionista. Em resposta ao comentário de Harris, por exemplo, Skinner (1984/1988) declarou:

Eu disse explicitamente que, como Harris insiste, o primeiro efeito ocorre “a nível do indivíduo”, mas há outro efeito que pode apenas ser descrito a nível do grupo, a despeito do fato de que é sempre um indivíduo que se comporta. Se a evolução da cultura corresponde à evolução de uma espécie, então a evolução das práticas culturais corresponde à evolução dos olhos, orelhas, corações, pernas e asas. (p. 47)

A tensão entre seleção ontogenética (efeito sobre o comportamento dos indivíduos; é sempre o indivíduo que se comporta) e seleção cultural (efeito sobre o grupo) ainda está presente no comentário de Skinner. Mais importante, porém, é que Skinner, ao invés de recorrer a dados empíricos, utiliza-se da analogia entre seleção natural e seleção cultural para sustentar a tese do terceiro tipo de seleção. Sua resposta a Donahoe, por sua vez, traz outras informações relevantes:

Donahoe indaga se a evolução cultural, ou evolução de práticas culturais, seria um diferente *tipo* de seleção. Eu acredito que seja, ainda que não veja nele nenhum processo comportamental novo. Eu acho que o condicionamento operante explica a descoberta de novas práticas e suas transmissões a outros membros

(especialmente jovens) de um grupo. (1984/1988, p. 38, *itálicos originais*)

Ainda encontramos aqui a tensão entre seleção ontogenética e seleção cultural. Skinner defende que a segunda consista em um tipo diferente de seleção. No entanto, não haveria, para Skinner, processo novo: a análise de contingências de seleção operante seria suficiente para explicar a seleção de práticas culturais. Não precisaríamos de outra unidade de análise, a exemplo da metacontingência, para dar conta do processo. Em outro momento, Skinner (1984/1988) reflete sobre a metáfora da seleção natural:

Eu não escolhi “a metáfora da seleção natural” para descrever o condicionamento operante. Eu fiz pesquisas sobre a seleção do comportamento pelas consequências por muitos anos antes da similaridade com a seleção natural aparecer por si mesma. Seleção não é uma metáfora, modelo, ou conceito; é um fato. (p. 32)

A importância desse comentário talvez esteja no que Skinner não disse. O autor se limita a falar de seleção natural e operante (ambas amparadas por fatos), mas não menciona a seleção de terceiro tipo. Esta permanece provavelmente como extensão metafórica do selecionismo filogenético e ontogenético às relações sociais e culturais.

### POSSÍVEIS PROBLEMAS COM ANALOGIAS E METÁFORAS

A prática de se propor modelos explicativos ou teorias a partir de analogias e extensões metafóricas possui problemas em potencial que foram elencados pelo próprio Skinner quando discorreu sobre as explicações fisiológicas e cognitivas do comportamento (Zilio, 2015, 2016). Em linhas gerais, o problema central estaria na relação entre modelo explicativo ou teoria e condições que controlam o comportamento de teorizar (Schnaitter, 1986). Se o comportamento de teorizar não está sob controle do fenômeno que se pretende explicar, é provável a importação de vocabulário de outras áreas para descrevê-lo, o que implica no aumento do uso de metáforas. Um exemplo evidente é a importação do vocabulário computacional para descrever o funcionamento dos construtos “cognitivos” inferidos a partir de dados comportamentais. Encontramos a mesma situação no discurso sobre o terceiro tipo de seleção amparado pela analogia selecionista. Vimos que Skinner (1971, 1984/1988) compara “cultura” à “espécie” e a seleção de “práticas culturais” à seleção de características anatomofisiológicas (orelhas, asas, corações, etc.). A

própria ideia de “sobrevivência” da cultura é uma extensão da sobrevivência das espécies como consequência da seleção natural.

O estreitamento da analogia entre seleção natural e seleção cultural pode ser observado de modo mais agudo na literatura sobre metacontingências. É apropriado mencioná-la neste ensaio porque a análise da seleção cultural através da metacontingência (e de seus conceitos adjacentes) é exemplo de proposta fundamentada na tese do terceiro tipo de seleção, como se constata pelas palavras de Glenn (1988): “Se a seleção cultural é para ser considerada um ‘terceiro tipo de seleção’ (Skinner, 1981), então precisamos distinguir entre as contingências no segundo tipo de seleção (contingências comportamentais) e as contingências no terceiro tipo de seleção” (p. 167). Convém observar que Glenn (1988) cita o *Selection by Consequences* ao defender a tese do terceiro tipo de seleção, provavelmente se referindo à seção do texto reservada ao alegado “terceiro tipo”. Com efeito, é provável que a tese dos três tipos de seleção presente em Skinner (1981) tenha sido fator relevante na defesa da metacontingência como unidade de análise da seleção cultural. Duas outras informações parecem fortalecer essa hipótese. Em primeiro lugar, Glenn (1988) é categórica ao afirmar que produtos agregados (em textos posteriores essa função seria atribuída à “consequência cultural” – Glenn, 2003, 2004; Glenn & Malott, 2004) selecionam práticas culturais (i.e., conjuntos de contingências entrelaçadas) e não comportamentos individuais – este seria o terceiro tipo de seleção, o “efeito sobre o grupo” ao qual Skinner se referiu no texto de 1981. Em segundo lugar, Glenn (1988) também dedica boa parte do texto à analogia entre seleção cultural e seleção natural, prática que se tornou cada vez mais comum nos textos skinnerianos após a década de 1950 (e.g., Skinner, 1961, 1969a, 1971, 1981, 1986, 1984/1988, 1987), e que também se tornou parte essencial do próprio discurso de Glenn e colaboradores ao longo dos anos (e.g., Glenn, 2003, 2004; Glenn & Malott, 2004; Glenn et al. 2016). Glenn (2003), por exemplo, atinge grau ainda maior de verticalidade na analogia, se comparada a Skinner, ao importar do vocabulário da seleção natural termos como “linhagem”, para descrever as práticas que evoluem ao longo do processo de seleção cultural, “replicador”, para descrever o comportamento operante dos membros da cultura associados à transmissão de práticas culturais, e “unidade de interação” (*interactor*), para tratar das instâncias de contingências operantes

entrelaçadas constituintes de uma dada prática cultural. A seguir, uma passagem da autora que exemplifica claramente o uso da extensão metafórica. Nela, Glenn (2003) está descrevendo a prática de “lavar batatas” e seus possíveis efeitos reforçadores, primeiramente em relação ao comportamento de Imo, e depois possivelmente de outros membros da comunidade de macacos:

Presumivelmente, a consequência menos areia / mais sabor na batata aumentou a probabilidade de que o ato ocorresse novamente – independentemente da fonte de sua primeira ocorrência. Como resultado, da contingência entre lavagem de batata e refeição saborosa, emergiu uma linhagem operante que sobreviveu no repertório de Imo. (p. 229)

O problema do uso de metáforas e analogias é que elas não fornecem, de fato, explicações dos fenômenos que pretendem descrever, ou seja, elas não contribuem necessariamente para a localização das variáveis responsáveis pela produção do fenômeno sob exame. Afinal, ao utilizá-las, os cientistas não estão sob controle do fenômeno que se pretende explicar (e.g., seleção de práticas culturais), mas sim de outras variáveis associadas a outros fenômenos (e.g., seleção natural). Pelo contrário, elas podem estabelecer agendas de pesquisa equivocadas (Zilio, 2015, 2016) ao conduzir os cientistas à busca de coisas erradas em seus campos de estudo. Essa é justamente a crítica que Skinner (1969b) dirigiu ao uso do vocabulário metafórico cognitivista nas neurociências, cujo “resultado infeliz é que os fisiologistas usualmente buscam pelas coisas erradas dentro da caixa-preta” (p. 25).

É possível observar os perigos do uso do vocabulário metafórico no próprio exemplo de Glenn (2003) sobre o comportamento de lavar batatas e suas possíveis consequências reforçadoras. Como uma “linhagem” operante “sobrevive” no “repertório” de um sujeito? Organismos sobrevivem. Comportamentos simplesmente ocorrem, “são coisas do momento. Não sobra nada quando uma resposta se completa, exceto o organismo que respondeu” (Skinner, 1969a, p. 86). Repertório não é um repositório de comportamentos, assim como a memória não é um arquivo no sistema nervoso. A exemplo da luz, que não está na lâmpada, embora seja emitida por ela se certas condições forem atendidas, um comportamento não está no “repertório” de um organismo, mas é apenas emitido por ele se certas condições ambientais (antecedentes e consequentes) forem satisfeitas (Skinner, 1985). As metáforas utilizadas por Glenn (2003) nesse exemplo

não nos informam nada sobre as variáveis relevantes para a seleção do comportamento, e talvez a mesma constatação se sustente em relação ao vocabulário metafórico selecionista utilizado para descrever o terceiro tipo de seleção em toda a sua amplitude. Ora, por que analistas do comportamento usualmente criticam cientistas cognitivos por falarem de “informações” transmitidas e estocadas na “memória”, mas adotam prática equivalente ao falarem da “sobrevivência” e de “linhagem” operante no “repertório”? É preciso consistência na crítica e, mais importante, é necessário autocrítica, posto que os problemas do uso de analogias e metáforas não são exclusivos de certas abordagens psicológicas.

A distância entre modelo explicativo ou teoria e os fenômenos que se pretende explicar, acentuada pela adoção de analogias e extensões metafóricas, pode ocasionar ampliação conceitual dispensável, isto é, modelos desnecessários sendo usados na explicação de um fenômeno que poderia ser explicado através de modelos alternativos mais simples (i.e. que envolvam menor número de variáveis de controle associadas ao significado de seus conceitos) e úteis (i.e. que promovam maiores condições de previsão e controle). Seria esse o caso da análise da cultura?

Em suma, a prática de propor modelos explicativos a partir de analogias e extensões metafóricas pode levar à criação de explicações espúrias que não contribuem para a localização das variáveis responsáveis pela produção do fenômeno, visto que tais modelos estariam sob controle de outros fenômenos que não os que se pretende explicar, e ainda pode levar os cientistas a estabelecerem agendas de pesquisa equivocadas. Além disso, essa prática pode resultar em ampliação conceitual desnecessária, uma vez que o fenômeno poderia, talvez, ser explicado através de modelos mais simples. Diante dessa situação, cabe questionar se seria possível ou, ao menos, concebível, uma perspectiva alternativa acerca do processo de seleção de práticas culturais sem o amparo da tese da existência de um terceiro tipo de seleção e da analogia selecionista aplicada ao âmbito cultural. Essa alternativa seria bastante útil, especialmente por evitar os problemas descritos nessa seção.

Com efeito, acreditamos que a referida alternativa exista e que ela está presente na própria obra skinneriana. O restante deste ensaio será dedicado à apresentação preliminar dessa proposta, a qual caracterizaremos como a retomada do projeto

skinneriano de 1953, delineado em *Science and Human Behavior*, quando a analogia selecionista ainda era incipiente, e que buscava analisar o comportamento social e a cultura através de um número mínimo de conceitos, “sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio” (Skinner, 1953/1965, p. 298).

## O ESTUDO DA CULTURA ATRAVÉS DE UM NÚMERO MÍNIMO DE TERMOS

Pode-se afirmar que o primeiro tratamento sistemático dado ao comportamento social e à cultura por Skinner ocorreu em *Science and Human Behavior*. Nesse livro, Skinner (1953/1965) define o comportamento social como o “comportamento de duas ou mais pessoas, uma em relação à outra, ou destas, conjuntamente, em relação a um ambiente comum” (p. 297). Posto de maneira simplificada, episódios sociais ocorrem quando algum elemento da contingência associada a um sujeito *A* fizer parte da contingência associada a um sujeito *B* ou quando os comportamentos dos sujeitos *A* e *B* estão unidos em função de um fator ambiental (antecedente ou consequente) comum. Primeiramente, essa definição é simplificada porque não há restrição referente ao número de sujeitos que por ventura possam fazer parte de um episódio social. Aqui definimos um episódio envolvendo dois sujeitos, mas esse número não é condição da definição em seu sentido geral. Os comportamentos de *n* sujeitos podem fazer parte de episódios sociais. É condição apenas que *n* seja maior que 1. O mesmo vale para os casos em que comportamentos de sujeitos são unidos em função de um fator ambiental comum. Em segundo lugar, é importante ressaltar que na definição assumimos que é o “comportamento” do sujeito, e não o “sujeito” propriamente dito, que deve fazer parte das contingências para que o episódio seja definido como “social”. Evidentemente, se o comportamento fizer parte, então o sujeito do comportamento também o fará. Mas o contrário não é necessariamente verdadeiro. Essa manobra na definição visa eliminar os casos em que sujeitos atuam meramente como “objetos” em contingências de outrem (Skinner, 1953/1965). Skinner exemplifica a situação com o episódio do boxeador cujas ações de “boxear” (i.e., dar socos) dependem da presença de outro boxeador (o alvo dos socos) para que sejam reforçadas. Nesse caso, apenas a presença de outro boxeador seria suficiente para ocorrência de consequências reforçadoras. De fato, talvez um saco de pancadas pudesse substituir o boxeador “alvo” dos

socos sem que houvesse qualquer mudança significativa de função reforçadora entre esses “objetos”. Obviamente, estamos diante de um exemplo hipotético e simplista, pois em situações reais provavelmente existem outras variáveis envolvidas na manutenção do comportamento do boxeador “atacante” e dificilmente o boxeador “alvo” seria apenas um “objeto”. No entanto, esse exemplo ainda é útil por destacar uma característica importante do comportamento social: como dissemos, são aspectos do comportamento do sujeito que fazem parte da contingência social, e não o objeto “sujeito”. Sendo assim, quais seriam esses “aspectos” do comportamento do sujeito?

O episódio social ocorre quando comportamentos de uma ou mais pessoas atuam como elemento ambiental antecedente ou conseqüente em contingências associadas a outra(s) pessoa(s). Skinner (1953/1965) descreve, por exemplo, a função dos sujeitos como mediadores do reforço social: “...o reforço social é usualmente uma questão de mediação pessoal. Quando uma mãe amamenta o seu filho, a comida, enquanto reforço primário, não é social, mas o comportamento da mãe ao fornecê-lo é” (p. 299). O ponto principal nesta definição é a condição de mediação. As ações de um sujeito, num dado episódio social, são reforçadas ou punidas através da mediação do comportamento de outra pessoa. Um sujeito pede um copo com água ao seu colega que está na cozinha e, portanto, mais próximo do bebedouro. Ao ouvir o pedido, o colega enche um copo com água e o leva ao sujeito que, então, agradece-lhe pelo favor. Ainda que a água, a exemplo do leite, possa ser vista como reforçador primário nessa situação, o reforço só ocorre graças à mediação do colega (e da mãe, no exemplo de Skinner) que levou o copo com água ao sujeito. Vale ressaltar, também, que episódios sociais não são normalmente tão simples quanto esse caso ilustrativo. No exemplo, o colega parece atuar claramente como mediador da ocorrência do reforço “copo com água”. Porém, é possível que, em alguns casos, as ações dos sujeitos sejam reforçadas pelo comportamento de terceiros, ainda que não exista relação direta, ou clara, com reforçadores primários. Isto é, os comportamentos de terceiros podem atuar como reforçadores condicionados em contingências sociais associadas a um dado sujeito, como quando, por exemplo, o sujeito emite um mando “Toque a música X no violão” e, então, o violonista passa a tocá-la. Não há uma associação clara entre o “tocar a música” e um reforçador primário, mas o comportamento do

violonista provavelmente reforçou a ação de quem solicitou a música.

Ademais, os comportamentos de outras pessoas também podem atuar como estímulos antecedentes em contingências sociais. Um exemplo pertinente é o violinista que espera pelo sinal do maestro para iniciar o solo num dado momento da sinfonia. Em descrição genérica, seriam os casos em que o comportamento de outra pessoa estabelece a ocasião em que respostas pertencentes à mesma classe serão seguidas de conseqüências reforçadoras.

Há ainda uma terceira maneira de relação entre os comportamentos de pessoas que também configuram um episódio social. Trata-se dos casos em que as ações dos sujeitos são unidas em função de um evento ambiental comum. Nas palavras de Skinner (1953/1965): “Isso geralmente ocorre quando dois ou mais indivíduos são reforçados por um único sistema externo que requer ação combinada” (p. 305). Um exemplo simples: o sujeito está mudando para a sua residência futura e um de seus móveis (digamos, uma cômoda) é por demais pesado e grande, impossível de ser carregado por apenas uma pessoa. Porém, com a ajuda de seus amigos, cada um segurando uma extremidade do móvel, tornou-se possível carregá-lo até o caminhão da mudança. Esse resultado – transportar a cômoda – não seria possível a não ser como produto da ação combinada do sujeito e de seus amigos. Nesse caso, as ações dos sujeitos, ainda que possuam topografias distintas, têm como resultado a mesma conseqüência: o móvel transportado até o caminhão.

No entanto, os aspectos do comportamento social apresentados brevemente aqui não respondem a seguinte questão: por que as pessoas se comportam em grupos? Skinner (1953/1965) discorre sobre a questão e conclui: “Mesmo que seja sempre o indivíduo que se comporta, não obstante é o grupo que possui o efeito mais poderoso. Unindo-se a um grupo, o indivíduo aumenta o seu poder de conseguir reforço” (p. 312). Essa conclusão é importante por colocar dois pontos pertinentes. Em primeiro lugar, é o sujeito que se comporta. Ainda que estejamos falando de comportamento social e de grupo, em última instância estamos lidando com o comportamento dos sujeitos (Skinner, 1953/1965). Em segundo lugar, a conclusão de Skinner parece sugerir que a manutenção do comportamento em grupo decorre de seus efeitos para o sujeito e não para o grupo justamente por produzir

maiores condições de se conseguir consequências reforçadoras. Em suas palavras: “As consequências reforçadoras produzidas por um grupo facilmente excedem a soma das consequências que poderiam ser conseguidas pelos membros se agissem separadamente. O efeito reforçador total é enormemente aumentado” (1953/1965, p. 312).

Dando continuidade às definições dos conceitos, para Skinner (1953/1965), cultura é um “conjunto particular de condições sob as quais um grande número de pessoas cresce e vive” (p. 430). Em descrição mais específica, o autor (1984/1988) a define como o “ambiente social, as contingências de reforço mantidas por um grupo que, em adição ao ambiente físico, é responsável pelos repertórios dos novos membros do grupo” (p. 47). Em outro texto, o autor (1971) ressalta o papel do sujeito na definição da cultura:

Uma cultura não tem existência separada do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas. É sempre um indivíduo que se comporta, que age sobre o ambiente e é modificado pelas consequências de sua ação, e que mantém as *contingências sociais que são a cultura*. (p. 209, itálicos adicionados)

Dessa forma, numa definição aproximada, “cultura” seria o conjunto de contingências sociais mantidas pelos membros de um dado grupo. Dizemos que um sujeito faz parte de uma “cultura” se as contingências sociais que a caracterizam possuírem alguma função no controle de seu comportamento.

O que seriam, por sua vez, as práticas culturais? Ao contrário do que ocorre no caso da cultura, Skinner (1953/1965) não apresentou uma definição formal de “prática cultural”. O autor (1984/1988), no entanto, enumera alguns exemplos de práticas culturais: “caçar, coletar, cultivar, fazer artefatos, e assim por diante” (p. 36). É possível derivar desses exemplos características associadas às práticas culturais. O ato de “caçar”, por exemplo, pode envolver episódios sociais em que os sujeitos caçam em grupos ou apenas o comportamento de um caçador solitário. No entanto, é importante avaliar as contingências responsáveis pelo repertório do caçador solitário. Quem o ensinou a caçar? Será que o sujeito aprendeu certas práticas de caça que maximizam a probabilidade de obtenção de consequências reforçadoras (i.e., obter a caça) com os membros de sua cultura? Se for esse o caso, ainda que o ato de “caçar” constitua apenas no comportamento do caçador solitário, este comportamento é socialmente aprendido. Trata-se, portanto, de uma prática cultural. Em outro caso, os sujeitos de uma cultura podem ter aprendido

maneiras de caçar em grupo que também são efetivas. Mais uma vez, estamos diante de uma prática cultural. Portanto, novamente com uma definição aproximada, práticas culturais seriam padrões comportamentais individuais ou grupais (ou seja, dos sujeitos se comportando em grupo) ensinados e mantidos pelos membros de uma cultura, isto é, são produtos das contingências sociais que compõem uma cultura.

Apresentamos brevemente as definições de comportamento social e episódios sociais, ambos relacionados ao *entrelaçamento de contingências* associadas a dois ou mais sujeitos. A partir de Skinner (1953/1965), definimos cultura como conjunto de *contingências* sociais mantidas pelos membros de um grupo, e práticas culturais como padrões comportamentais *individuais* ou grupais (ou seja, dos *sujeitos se comportando em grupo*) ensinados e mantidos pelos membros de uma cultura, isto é, são produtos das *contingências sociais* que compõem uma cultura. Destacamos, também, que as pessoas fazem parte de uma cultura porque, dessa forma, suas chances de entrar em contato com consequências reforçadoras aumentam.

Há três constantes nessa proposta de análise. Em primeiro lugar, há uma ênfase no comportamento dos sujeitos. Nas palavras de Skinner: “O comportamento do indivíduo explica o fenômeno do grupo” (1953/1965, p. 298); e “É somente pelos efeitos nos indivíduos que as práticas são selecionadas ou planejadas” (1969a, p. 48). Em segundo lugar, a unidade de análise na dimensão social/cultural é a contingência: episódios sociais envolvem *contingências* entrelaçadas; cultura é um conjunto de *contingências* sociais; e práticas culturais são produtos *das contingências* sociais que compõem uma cultura. Em terceiro lugar, ela não é amparada por analogias e metáforas entre seleção natural e seleção cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de análise do comportamento social e da cultura através de um número mínimo de conceitos tem vantagens evidentes se comparada aos modelos fundados na extensão metafórica do selecionismo ao terceiro tipo de seleção. A título de comparação, tomemos o caso do modelo glenniano baseado no conceito de metacontingências. A primeira vantagem é a clareza conceitual (Carrara & Zilio, 2015). “Contingência” é a unidade básica da análise do comportamento. Trata-se de conceito bem estabelecido

e cuja pertinência é validada experimentalmente. “Metacontingência” e seus conceitos adjacentes, por seu turno, foram forjados através de teorizações (e não de dados), e ainda não há consenso quanto à definição apropriada dos termos envolvidos (Glenn, 1988, 2003; Glenn & Malott, 2004; Martone & Todorov, 2007; Todorov, 2010, 2012), ainda que esforço nessa direção tenha sido realizado (Glenn et al., 2016). Os estudos experimentais realizados a partir dessa perspectiva (e.g., Baia et al., 2013; Tourinho, 2013), em seu turno, parecem não contribuir necessariamente para algum tipo de validação do modelo glenniano, já que, como afirmaram Carrara e Zilio (2015),

[eles] necessariamente teria[m] que “dar certo”, no sentido de apresentar[em] resultados compatíveis com os princípios essenciais da Análise do Comportamento decorrentes da pesquisa experimental que até aqui tem corroborado a funcionalidade da contingência de três termos em milhares de situações diferentes. Nesse sentido, a metacontingência “recapitulária” a contingência e seria desta apenas um corolário prático e, não, uma inovação conceitual sem a qual não pudesse ser feita uma análise comportamental de práticas culturais, estas consideradas uma nova espécie de fenômeno no âmbito das relações entre indivíduo e ambiente. (p. 145)

A segunda vantagem é a parcimônia conceitual: a explicação utilizando-se o menor número de termos, sem a necessidade de adição de novos conceitos ou unidades de análise. Em terceiro lugar, o papel do “grupo” torna-se mais claro: elimina-se a inconsistência encontrada no discurso de Skinner (1981) acerca dos efeitos sobre o comportamento dos sujeitos e efeitos sobre o grupo. Só é possível falar de comportamento “de grupo” em sentido metafórico, a exemplo do que ocorre na biologia, quando se discute o comportamento de “cardumes”, “enxames” ou “manadas”, na psicologia social, quando se estuda o comportamento das “massas”, e, até mesmo, na engenharia civil, que trata do comportamento dos “sistemas” de vigas de concreto (Carrara & Zilio, 2013). Grupo não se comporta. Comportamento é uma categoria conceitual associada a organismos. Do mesmo modo que não podemos dizer que o “cérebro” se comporta (falácia mereológica – atribuir uma propriedade do todo às suas partes), também não podemos dizer que o “grupo” se comporta (falácia de composição – atribuir uma propriedade da parte ao todo). Dessa forma, não há efeitos das consequências sobre o grupo. Há efeitos sobre o comportamento das pessoas *em grupo*. Nesse sentido, as consequências selecionariam comportamentos (que são sempre individuais). De mesmo modo, só é possível falar de controle do

“grupo” em sentido metafórico. Grupo não controla. Assim como não há efeitos sobre o comportamento do grupo, o “grupo” também não controla comportamento. Há controle do comportamento através do comportar-se das pessoas *em grupo*. O “grupo” controla o comportamento dos sujeitos apenas na medida em que os seus membros (indivíduos) são responsáveis pela manutenção das contingências sociais. Trata-se de posição defendida, por exemplo, por Harris (1984/1988):

Quando dizemos que o comportamento foi selecionado como resultado de suas consequências favoráveis ao grupo, queremos dizer apenas que ele produz consequências favoráveis para alguns ou para todos os membros do grupo de maneira suficiente para compensar seus efeitos negativos para alguns ou para todos os membros do grupo. A modelagem cumulativa do comportamento individual é precisamente a finalidade da seleção cultural. (p. 46)

Seria possível uma análise dos processos culturais a partir da proposta aqui delineada? Embora não seja possível dar uma resposta final a essa questão, acreditamos que parecer positivo se justifique por outra vantagem do modelo: sua funcionalidade tecnológica. Intervenções sociais baseadas na análise do comportamento, seja através de delineamentos culturais, políticas públicas, trabalhos em organizações ou comunitários (i.e., com pequenos grupos), usualmente não vão além das contingências de seleção (Biglan, 1995, 2015; Carrara, 2015; Cone & Hayes, 1984; Daniels & Rosen, 1984; Geller, 1991; Guerin, 1994; Lamal, 1997; Mattaini & Thyer, 1996).

Por fim, se aceitarmos a possibilidade da volta da proposta de Skinner (1953/1965) de análise da cultura “sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio” (p. 298), ou seja, sem irmos além da análise de contingências em suas dimensões sociais e culturais; e se aceitarmos que a argumentação em torno do terceiro “tipo” de seleção foi, em grande parte, fundamentada por analogias e metáforas entre seleção natural e seleção cultural, prática iniciada em Skinner e desenvolvida por Glenn, e que, em ambos os casos, gerou inconsistências e problemas conceituais; então seria interessante explorar a possibilidade de, nessa volta à proposta de Skinner (1953/1965), também abandonarmos a analogia selecionista no campo da análise do comportamento social e práticas culturais. Estaríamos, de fato, diante de um novo tipo de seleção? Ou essa tese seria apenas reflexo da extensão metafórica do selecionismo à dimensão cultural? Em face dessas considerações,

talvez se faça necessária a revisão do modelo de seleção pelas consequências, da tríade filogenia-ontogenia-cultura para uma visão diádica de acordo com a qual haveria dois tipos de seleção, filogenética e ontogenética. Nesse contexto, a seleção de práticas culturais seria, como já dizia Skinner (1981), “caso especial” do segundo tipo de seleção e nada além. Essa possibilidade não implica, contudo, na redução da complexidade cultural à seleção ontogenética. Não se trata de reduzir a cultura ao comportamento do sujeito, mas sim de explicar o surgimento e manutenção de práticas culturais a partir da análise de contingências sociais, sem a necessidade de postular um terceiro tipo de processo seletivo.

## REFERÊNCIAS

- Baia, F. H., Martone, R. C., Todorov, J. C., & de Souza, E. P. (2013). Estudos experimentais de práticas culturais. In M. B. Moreira (Org.), *Comportamento e práticas culturais* (pp. 253-278). Brasília: Instituto Walden4.
- Barlow, G. (1988). Skinner on selection: A case study of intellectual isolation. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 20-22). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura* (M. Silva, Trad.). Porto Alegre: Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1994)
- Biglan, A. (1995). *Changing cultural practices: A contextualist framework for intervention research*. Nevada: Context Press.
- Biglan, A. (2015). *The nurture effect: How the science of human behavior can improve our lives and our world*. Oakland: New Harbinger Publications.
- Carrara, K. (2015). Seleção pelas consequências como norte funcional para políticas públicas. In C. Laurenti, & C. Lopes (Orgs.), *Cultura, democracia e ética*. Maringá: UEM.
- Carrara, K., & Zilio, D. (2013). Sobre comportamento: Comentários, réplicas e considerações finais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9(2), 130-139.
- Carrara, K., & Zilio, D. (2015). Análise comportamental da cultura: Contingência ou metacontingência como unidade de análise? *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 11(2), 135-146.
- Chiesa, M. (1994). *Radical behaviorism: The philosophy and the science*. Boston: Authors Cooperative, Inc., Publishers.
- Cone, J. D., & Hayes, S. C. (1984). *Environmental problems/behavioral solutions*. New York: Cambridge University Press.
- Daniels, A., & Rosen, T. (1984). *Performance management: Improving quality and productivity through positive reinforcement*. Georgia: Performance Management Publications, Inc.
- Dawkins, R. (1988). Replicators, consequences, and displacement activities. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 33-35). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Donahoe, J. W. (1988). Skinner: the Darwin of ontogeny? In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 36-38). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Geller, E. S. (1991). Special section: Behavioral community intervention. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 24(4), 621-718.
- Glenn, S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11(2), 161-179.
- Glenn, S. (2003). Operant contingencies and the origin of cultures. In K. Lattal, & P. Chase (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 223-242). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Glenn, S., Malott, M., Andery, M. A., Benvenuti, M., Homanfar, R., Sandaker, I., . . . Vasconcelos, L. A. (2016). Toward a consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27.
- Guerin, B. (1994). *Analyzing social behavior: Behavior analysis and the social sciences*. Nevada: Context Press.
- Harris, M. (1988). Group and individual effects in selection. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 46-47). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Hunziker, M. H. (Ed.). (2013). O que é comportamento? [Volume Especial]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9.
- Kuhn, T. (2006). *A estrutura das revoluções científicas* (9ª ed.; B. V. Boeira, & N. Boeira, Trad.). São Paulo: Editora Perspectivas. (Obra original publicada em 1962).
- Lamal, P. A. (1997). *Cultural contingencies: Behavior analytic perspectives on cultural practices*. Westport, CT: Praeger Publisher.
- Marr, M. J. (2009). The natural selection: Behavior analysis as a natural science. *European Journal of Behavior Analysis*, 10, 105-120.
- Mattaini, M., & Thyer, B. A. (1996). *Finding solutions to social problems: Behavioral strategies for change*. Washington: American Psychological Association.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. New York: Sloan Publishing.
- Moore, J. (Ed.). (1993). Behavior analysis and mechanism [Special section]. *The Behavior Analyst*, 16(1), 25-74.
- Pennypacker, H. S. (1992). Is behavior analysis undergoing selection by consequences? *American Psychologist*, 47(11), 1491-1498.
- Schnaitter, R. (1986). Behavior as a function of inner states and outer circumstances. In T. Thompson, & M. D. Zeiler

- (Eds.), *The analysis and integration of behavioral units* (pp. 247-274). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1961). The design of cultures. In B. F. Skinner, *Cumulative record: A selection of papers* (pp. 36.01-36.12). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: The Free Press. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1969a). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969b). The machine that is man. *Psychology Today*, 2, 20-25, 60-63.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science, New Series*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291-301.
- Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the western world? *American Psychologist*, 41(5), 568-574.
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon further reflection* (pp. 1-14). New Jersey: Prentice-Hall, INC.
- Skinner, B. F. (1988). Comments. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences*. New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Stearns, S. (1988). Selection misconstrued. In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 67-69). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Timberlake, W. (1988). Selection by consequences: a universal causal mode? In A. C. Catania, & S. Harnad (Eds.), *The selection of behavior: The operant behaviorism of B. F. Skinner: Comments and consequences* (pp. 69-72). New York: Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1984)
- Todorov, J. C. (2010). Schedules of cultural selection: Comments on "Emergence and metacontingency". *Behavior and Social Issues*, 19, 86-89.
- Todorov, J. C. (2012). Contingências de seleção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 8(2), 95-105.
- Tonneau, F., & Sokolowski, M. (2000). Pitfalls of behavioral selectionism. In F. Tonneau, & N. S. Thompson (Eds.), *Perspectives in ethology: Evolution, culture, and behavior* (Vol. 13, pp. 155-180). New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- Tourinho, E. Z. (2013) Cultural consequences and interlocking behavioral contingencies: Selection at the cultural level. *Behavior and Philosophy*, 41, 60-69.
- Zilio, D. (2015). Sobre as críticas de Skinner à fisiologia: Indicadoras de orientação antifisiológica ou contribuições relevantes? *Acta Comportamentalia*, 23(4), 465-482.
- Zilio, D. (2016). Who, what, and when: Skinner's critiques of neuroscience and his main targets. *The Behavior Analyst*, 39(2), 197-218. doi:10.1007/s40614-016-0053-x.
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2014). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte 1: A definição de privacidade. *Acta Comportamentalia*, 22(4), 483-496.
- Zilio, D., & Dittrich, A. (2015). O que fazer com os eventos privados? Reflexões a partir das ideias de Baum, parte 2: A invasão da privacidade. *Acta Comportamentalia*, 23(2), 213-227.

Recebido em: 24/06/2016  
 Primeira decisão editorial em: 07/10/2016  
 Aceito em: 04/11/2016

## Notas

- <sup>1</sup> Parte deste trabalho foi realizada graças ao apoio da FAPESP mediante Bolsa de Pós-Doutorado durante o período 2013-2015 (Proc. 2013/17950-1). Agradeço ao professor Kester Carrara e ao Diego Fernandes pelas discussões e comentários sobre as ideias aqui desenvolvidas.
- <sup>2</sup> Outros valores atribuídos à análise do comportamento parecem não possuir necessariamente esse peso demarcatório. Encontramos, por exemplo, divergências sobre a definição de eventos privados e de seu status na explicação do comportamento (Zilio & Dittrich, 2014, 2015), diferenças de opinião sobre a própria definição de comportamento (Hunziker, 2013), e epistemologias distintas (contextualistas, pragmatistas e mecanicistas) associadas à área (Moore, 1993). No entanto, nesses casos, não se diz que os defensores de ideias distintas não sejam propriamente "analistas do comportamento". Por outro lado, a negação do selecionismo parece implicar justamente essa conclusão.